

parte (70%) da dívida externa

Vence até 1989

segunda-feira, 12/11/84 □ 1.º caderno □ 18

JORNAL DO BRASIL

Maiores

Brasília — A maior preocupação das autoridades que negociam a dívida externa brasileira é eliminar as concentrações de pagamentos aos bancos internacionais num período curto. Dados recentes do Banco Central revelam que 69,5% da dívida externa brasileira vencem no período de 1985 a 1989. Honrar esse volume de compromissos significaria impor à sociedade brasileira, num espaço de tempo tão curto, obrigações que acabariam sacrificando ainda mais os assalariados e a população de baixa renda, sem falar num comprometimento do nível da atividade econômica do país.

A negociação para eliminar essa situação está praticamente definida no âmbito do Governo, mas as autoridades só pretendem revelar a estratégia depois de concluídas as conversas com banqueiros internacionais. Segundo um graduado funcionário, os empecilhos para uma renegociação plurianual da dívida externa parecem ter sido superados com as declarações do Governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, no sentido de que Tancredo Neves, se eleito Presidente da República, honrará todos os compromissos assumidos pelo Governo atual com os banqueiros internacionais.

Essa declaração — informa esse graduado funcionário brasileiro, baseado em conversa com um dirigente de uma instituição financeira internacional credora do país, de passagem por Brasília — serviu para diminuir o grau de incerteza dos banqueiros e aumentar a possibilidade de êxito da negociação que se inicia a 14 de novembro.

Fontes governamentais admitem que o país continuará usando o poder de barganha que ainda dispõe (reservas internacionais e pressão que os banqueiros estão sofrendo, às vésperas da publicação de seus relatórios) para poder tirar melhor proveito dessas negociações, que pretendem melhorar o perfil da dívida e reduzir os atuais encargos financeiros. Difícilmente, admitem técnicos do Banco Central e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, as negociações fugirão ao modelo adotado recentemente pelo México. Tanto isso é verdade que recentemente assessores do Ministério do Planejamento viajaram àquele país para se informarem sobre os detalhes operacionais do acordo firmado entre Governo mexicano e os 530 bancos credores.

As vantagens obtidas pelo México dizem respeito principalmente à mudança do perfil da dívida, reduzindo a concentração da parcela a vencer no período de 1987/1989 e as taxas de juros e **spreads**. O México conseguiu que as suas taxas de juros fossem significativamente reduzidas ao fugir da **Prime rate** (taxa preferencial de juros em Nova Iorque) e ter seus custos financeiros corrigidos pela **Libor** (taxa preferencial de juros em Londres). Essa mudança permitiu uma diminuição nos encargos da dívida externa mexicana de 1 bilhão de dólares nos próximos dois anos e de 350 milhões de dólares a partir de 1987.

Mas os bancos credores do México passaram a ter um controle efetivo sobre os resultados do programa de ajustamento econômico daquele país. Caso o Brasil opte pelo modelo adotado pelo México, os bancos estrangeiros passarão a ter acesso a todos os relatórios confidenciais do FMI sobre a economia brasileira, bem como às projeções orçamentárias e financeiras do Governo Brasileiro. Um ponto de vista que ainda não está muito claro diz respeito aos débitos do Brasil para com os bancos europeus e japoneses.

Fontes governamentais brasileiras disseram que esse ponto só será discutido com profundidade durante o processo de renegociação. O fato é que, no caso do México, metade dos empréstimos em moedas que não o dólar (como libra, marco, yen e franco) puderam ser transformados em pesos mexicanos. O México passou, portanto, a correr o risco cambial a que estavam sujeitos os banqueiros, no caso de uma queda do dólar no mercado internacional.

FERNANDO MARTINS

Perfil da dívida 1984 — 2000 (%)

1984	9,9
1985	11,9
1986	15,7
1987	15,9
1988	15,0
1989	11,9
1990	7,9
1991	4,2
1992	1,4
1993	0,9
1994	0,8
1995	0,3
1996	0,2
1997	0,2
1998	0,1
1999	0,1
2000	0,1